

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA
NO DIA VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E SEIS -----**

-----Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária. O Senhor Presidente da Mesa começou por informar que pediram a sua substituição para esta sessão o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Arnozela, José Maria Marinho Lemos, pelo Secretário da Junta de Freguesia, Eduardo Lopes Mendes e o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Fafe, pelo secretário da Junta de Freguesia, João Filipe Novais Ferreira. Anunciou ainda os pedidos de suspensão de mandato, pelo período de trinta dias, dos seguintes membros: Raul Jorge Fernandes Cunha, eleito pelo Partido Socialista, Belarmino Oliveira Costa, José Ricardo Carvalho Leite Silva, Susana Fátima Amorim Pinto de Cortez de Almeida, José Humberto Fernandes Castro e Albino da Silva e Sousa, todos eleitos pelo Partido Social Democrata. Como ninguém se quis pronunciar sobre os referidos requerimentos, foram os mesmos postos à votação, sendo aprovados por unanimidade, tomando assento os elementos que se seguem nas respectivas listas, por se encontrarem presentes na sala. Verificada a existência de quorum com a presença de sessenta e nove membros e face à ausência de dois membros da mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente propôs a eleição para esta sessão dos dois elementos da mesa, de entre os membros presentes para a presente sessão conforme determina a lei e o regimento. Foram apresentadas duas listas, uma subscrita pelo Partido Socialista, a qual propunha: Primeiro Secretário – Francisco Manuel Figueira de Lemos e Segundo Secretário – Pompeu Miguel Noval da Rocha Martins. A outra lista apresentada pela CDU, na qual propunha os seguintes membros: Primeiro Secretário – Maria Leonor Pereira Oliveira e Segundo Secretário – Joaquim Magalhães. Dado tratar-se de duas listas foram designadas da seguinte forma para efeitos de votação: a lista apresentada pelo Partido Socialista designada com a letra A e a outra lista com a letra B. Efectuada a votação, por escrutínio secreto, obteve-se os seguintes resultados: Lista A quarenta e quatro votos, Lista B dez votos e doze votos brancos. Após esta votação e em resultado dela os membros eleitos: Primeiro Secretário – Francisco Manuel Figueira de Lemos e Segundo Secretário – Pompeu Miguel

Noval da Rocha Martins tomaram assento de imediato na Mesa da Assembleia Municipal. Entrou-se no período de Antes da Ordem do Dia, começando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal por apresentar um pedido de desculpas ao Bloco de Esquerda pelo facto deste Partido não ter sido formalmente convidado para as cerimónias comemorativas do 25 de Abril, considerando que se tratou de um lapso lamentável dos serviços. De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento do expediente existente, que fica à disposição de todos os membros da Assembleia. A mesa registou a entrada dois documentos: o primeiro, apresentado pelo PSD propondo um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Engenheiro Albertino Freitas Gonçalves e a observância de um minuto de silêncio em sua memória, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. O segundo, documento apresentado pela CDU, trata-se de uma proposta de destituição da mesa, por entender haver razões suficientes, nomeadamente, por considerar que a falta sistemática de parte ou de todos os elementos da mesa nas últimas sessões não beneficia o funcionamento das sessões nem dignifica a Assembleia Municipal. Pediu a palavra o deputado Albino Costa, eleito pelo PS para referir que as ausências devidamente justificadas, no seu entender, não são motivo para pedir a destituição da mesa e, por isso, o PS irá votar contra a proposta apresentada. Interveio de seguida o Deputado Joaquim Magalhães, eleito pela CDU referindo que a eleição da mesa em todas as sessões motiva atrasos das mesmas, considerando que a mesa eleita na primeira sessão já demonstrou a sua incapacidade dado que não elaborou, para aprovação, votação e aprovação, como é referido na proposta, as actas das últimas sessões da Assembleia. Pediu a palavra o deputado Pedro Frazão referindo que concorda com alguns pontos da proposta da CDU, considerando, no entanto, exagerada a destituição da mesa, apesar de entender que não tem cumprido a lei no que se refere às convocatórias das sessões ordinárias previstas na lei. Conclui lamentando o que aconteceu na última sessão e que o PSD irá se abster. Como mais ninguém quis intervir foi a proposta posta a votação sendo rejeitada com quarenta e três votos contra, seis votos a favor e dezassete abstenções. Pediu a palavra o Deputado Ricardo Almeida, eleito pelo Bloco de Esquerda, para fazer uma declaração alusiva ao 25 de Abril, assinalando o dia como um dia festivo em que o povo português lutou pela liberdade, considerando que

viver Abril é acreditar que os princípios que desencadearam as mudanças sociais e políticas continuam presentes e mais do que nunca prementes. Seguiu-se a intervenção do Deputado José Baptista, eleito pelo PSD, para colocar duas questões. A primeira relativa ao funcionamento da Assembleia que tem vindo a ser prejudicada pelas ausências do Senhor Presidente da Mesa e pelo facto de não serem fornecidas as actas, para aprovação, das reuniões anteriores, lembrando que se encontram em falta três actas, de Junho de 2005, Dezembro de 2005 e Fevereiro de 2006. A segunda questão levantada e que gostaria ver comentada pelo Senhor Presidente da Câmara refere-se à situação verificada recentemente na freguesia de Monte, em virtude de não ter sido aprovado em Assembleia de Freguesia o protocolo de delegação de competências, e, por tal facto, as pessoas daquela freguesia ficarem prejudicados com tal situação. Seguiu-se a intervenção da Deputada Leonor Castro, eleita pela CDU, sobre algumas notícias veiculadas na comunicação social relativas às comemorações do 25 de Abril, dando os parabéns à Câmara Municipal, apesar do lapso já referido com o Bloco de Esquerda. Quanto às comemorações do 25 de Abril em Lisboa estranha a ausência dos membros do Partido Socialista e lamenta o facto de o Senhor Presidente da República não ter colocado o cravo na lapela, considerando que o cravo é um símbolo do 25 de Abril. Por fim colocou uma questão ao Senhor Presidente da Câmara relativa às obras da cidade, referindo que é com algum espanto, que constata que as obras da Rua de Angola, Rua da Guiné e Rua de Macau continuam esquecidas na apreciação que o Senhor Presidente faz das obras em curso. Interveio de seguida o Deputado Orlando Leite, eleito pelo CDS, fazendo uma reflexão sobre o funcionamento da Assembleia e da Mesa e que não havendo deliberação sobre o Regimento, seria conveniente agendar o assunto na ordem de trabalhos da próxima sessão. Por fim solicitou um esclarecimento sobre a eficácia das deliberações da Assembleia sem a aprovação das actas. De seguida interveio o Deputado Ricardo Almeida começando por lamentar o atraso no início das sessões e que as mesmas não têm funcionado da melhor forma, tendo-se ocupado grande parte do tempo a comentar a sua organização com intervenções longas e repetitivas. Lembra a proposta do Senhor Presidente da Assembleia, na primeira sessão, para a alteração do Regimento. Por fim lamenta que o Município nada tenha feito

quanto à questão levantada na última sessão relativamente à Indáqua. Mostrou ainda algumas preocupações relativas ao encerramento de serviços hospitalares e de Escolas e quanto à prevenção contra os incêndios. Seguiu-se a intervenção do Deputado Albino Costa para responder ao Deputado José Baptista que relativamente às actas, o Partido Socialista solidariza-se com a sua posição por considerar que não é culpa dos secretários, e insta os serviços de apoio à Assembleia Municipal a entregar as actas em falta,. Sobre a questão colocada sobre a freguesia de Monte entende que se deve respeitar a soberania dos órgãos. Usou da palavra o Deputado Miguel Summavielle para questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre a revisão do PDM quando, face ao tempo decorrido, será a discussão pública do mesmo. Interveio de seguida o Deputado Pedro Frazão começando por referir que há alguns anos, no Governo do Eng.º Guterres, o Senhor Eng.º José Socrates, enquanto membro desse Governo, assinou um Protocolo com a Associação Desportiva de Fafe para beneficiar o seu Estádio. Questiona o Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara se esse protocolo irá de facto ser cumprido. Questiona ainda o Senhor Presidente da Câmara sobre obras prometidas e não cumpridas na freguesia de Regadas, nomeadamente a construção de uma escola. Lamentou ainda as declarações proferidas pelo Deputado Albino Costa sobre as actas, não concordando que sejam responsabilizados os funcionários pela falta das mesmas. Pediu a palavra a Presidente da Junta da freguesia de Estorãos, Fátima Caldeira, para esclarecer que, conforme já referiu na anterior sessão, no que concerne às actas elaborou a acta da sessão que secretariou, não lhe cabendo qualquer responsabilidade pela não entrega da mesma aos membros da Assembleia. Continuou a sua intervenção dando conta que no dia 29 de Abril, em Revelhe, decorrerá uma cerimónia, cujo objectivo é a atribuição de patrono àquele agrupamento de escolas, tratando-se de reconhecer o mérito e empenho à causa da educação por parte do Padre Joaquim Flores, solicitando à Assembleia que se associe a esta homenagem com um voto de congratulação. Seguiu-se a intervenção do Deputado Joaquim Magalhães acerca de algumas questões relacionadas com o funcionamento da Assembleia e tecendo fortes críticas à actuação da Senhora Presidente da Junta da Freguesia de Antime e à Câmara Municipal relativamente ao muro licenciado num espaço do domínio público. Pediu

novamente a palavra o Deputado Pedro Frazão para questionar qual a posição assumida do Partido Socialista sobre a actuação da Assembleia da Freguesia de Monte no que diz respeito à delegação de competências. Usou, novamente, da palavra o Deputado Albino Costa que refutando as acusações efectuadas pelo Deputado Pedro Frazão, reafirmou não entender ser da competência de qualquer membro da mesa a elaboração das actas. Relativamente à questão da Freguesia de Monte, refere estar de acordo com a descentralização através de protocolos de delegação de competências, mas reafirma que se trata de decisões tomadas por órgãos autónomos, não competindo à Assembleia Municipal intervir. Seguiu-se a intervenção do Deputado Alexandre Peixoto, eleito pela lista da CDU para referir ser uma preocupação da CDU a questão dos cartões de estacionamento de residentes e livre trânsito, questionando como será resolvido o problema dos titulares de cartões de residentes, quando os lugares na rua de residência estiverem todos ocupados. Questionou ainda como seria efectuado o controlo nos Parques de estacionamento na rua Montenegro e da Biblioteca, solicitando ainda informação sobre o número de cartões emitidos. Usou ainda da palavra o Deputado Pedro Frazão para constatar que foi a primeira vez que o Partido Socialista tomou posição relativamente às actas. Ainda sobre a questão da freguesia de Monte esclareceu que, como é óbvio, as deliberações da freguesia de Monte são respeitadas pelo PSD. Usou ainda da palavra o Deputado Miguel Summavielle para solicitar um esclarecimento ao Senhor Presidente da Assembleia, nomeadamente no que se refere ao artigo 39º do Regimento sobre a eficácia das deliberações. Findas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prestou alguns esclarecimentos sobre as actas e o Regimento, referindo que a elaboração das actas é da competência da mesa e a apreciação e aprovação do Plenário, acrescentando, ainda, que de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal do último mandato, as actas podem ser elaboradas por funcionário designado para o efeito. Referiu que não possui, no expediente da presente sessão, as actas de Dezembro e de Fevereiro e que irá solicitar aos Serviços informação sobre as mesmas, sabendo que a acta de vinte e sete de Dezembro está elaborada mas como se refere à segunda reunião da sessão de Dezembro terá de ser distribuída pelos membros com a acta da primeira reunião. Sobre esta questão conclui que irá

providenciar quer por via dos Serviços, quer por via de quem secretariou as sessões para que as actas sejam apreciadas e aprovadas na próxima sessão da Assembleia Municipal. Relativamente ao Regimento da Assembleia Municipal referiu que na primeira reunião de Dezembro da Assembleia Municipal, foi distribuída aos grupos parlamentares uma cópia do Regimento da Assembleia Municipal do mandato anterior para que apresentassem propostas de alteração ao mesmo, não tendo sido apresentada à mesa qualquer alteração para aprovação. Para que o assunto fique resolvido, propôs que na convocatória da próxima sessão conste o Ponto Um a eleição do membro da mesa para o mandato, conforme foi já referido no início desta sessão e o Ponto Dois a apreciação e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Fafe, apresentada pela mesa. Sendo esta proposta aprovada por unanimidade. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos Senhores membros da Assembleia Municipal, começando por responder à questão colocada pelo Deputado Ricardo Almeida não concorda com a apreciação que faz sobre a Indáqua, e que o executivo está atento ao cumprimento do contrato de concessão. Sobre a revisão do PDM referiu que, conforme já esclareceu na última sessão da Assembleia Municipal, o atraso deve-se essencialmente à CCDR e à cartografia que se aguarda que seja entregue pela AMAVE. Relativamente ao protocolo com a Associação Desportiva de Fafe referiu que, obviamente, o executivo espera que o protocolo seja cumprido por parte do Governo, porventura, pelo Secretário do Desporto que é o actual Presidente da Assembleia Municipal de Fafe. Relativamente às obras na freguesia de Regadas não concorda com nenhuma das afirmações proferidas pelo Deputado Pedro Frazão, e no que se refere à escola a obra irá ser efectuada. Refuta as acusações efectuadas pelo Deputado Joaquim Magalhães e sobre a questão dos cartões de estacionamento colocada pelo Deputado Alexandre Peixoto, esclareceu que os cartões são facultativos e foram criados para resolver pequenos problemas existentes no trânsito. Relativamente aos cartões de estacionamento dos parques existem para de dia e de noite a preços mais acessíveis como forma de incentivo. Dei conta ainda que existem vários pedidos de cartões, mas que até à data foram emitidos apenas três. Interveio, novamente, o Deputado Miguel Summavielle mostrando-se insatisfeito com a explicação dada pelo

Senhor Presidente da Mesa sobre as actas, afirmando que o texto do Regimento é em absoluto igual ao texto da Lei 5-A/2002, onde refere que as deliberações dos órgãos só adquirem eficácia depois de aprovadas e assinadas as respectivas actas ou depois de assinadas as minutas. Apela à formação jurídica do Senhor Presidente para o devido esclarecimento sobre a eficácia das deliberações tomadas nas últimas sessões da Assembleia Municipal. Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para prestar dois esclarecimentos: o primeiro sobre a exequibilidade das deliberações, referindo que a Assembleia é soberana na interpretação que entenda fazer, não cabendo ao seu Presidente dizer se são ou não exequíveis as deliberações. O segundo esclarecimento diz respeito ao protocolo da Associação Desportiva de Fafe, começando o Senhor Presidente por esclarecer que o Governo não assinou qualquer protocolo com a Associação Desportiva de Fafe, limitou-se nessa altura a dar o seu acordo a um projecto que a Associação Desportiva de Fafe lhe apresentou, sendo que meses mais tarde a Associação formalizou, no Ministério competente, uma proposta de remodelação do Parque de Desportos e que esse processo até hoje não teve qualquer desenvolvimento. Entrou-se de imediato no **PONTO DOIS PONTO UM**: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal. Pediu a palavra o Deputado Miguel Summavielle para registar que relativamente às transferências de capital o grau de execução é de apenas 8%, contra os previsíveis 30%, o que revela uma incapacidade de execução por parte da Câmara nas obras participadas pelo Estado, referindo que já vem sendo hábito a Câmara não cumprir os orçamentos que apresenta. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara começando por responder que existe uma quebra na receita, sobretudo nos impostos locais e um atraso considerável nas participações do estado como já referiu noutras sessões da Assembleia. Que relativamente aos impostos, só no próximo mês poderá ser avaliado se houve aumento da receita, mas com as isenções concedidas, nomeadamente, do IMI poderá haver uma quebra. Interveio de seguida a Deputada Leonor Castro a solicitar esclarecimentos acerca das ruas que estão em obras, já mencionadas na sua intervenção anterior, e que não são referidas na informação escrita do Senhor Presidente. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara esclarecendo que, mais uma vez, é um lapso, e deu a conhecer

detalhadamente o estado em que se encontram as referidas obras. Entrou-se de seguida no **PONTO DOIS PONTO DOIS**: Apreciação do Mapa de Inventário de todos os bens e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação – Ano 2005. Pediu a palavra o Deputado Miguel Summavielle para pedir um esclarecimento sobre um bem referenciado com o número de inventário 1574 - Zona Recreativa e Turística do Monte de S. Jorge, Parque da Cidade, Porto Seguro, Fafe, uma Sorte de Mato, sita em S. Jorge, com a área de 21.708,00 m², adquirida em 31/12/2001 e desafectada do domínio público por escritura pública de 12/01/2005, pela quantia de 25.708,97 €, por lhe causar estranheza o valor face à área e a sua desafecção do domínio público. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para dizer que não está em condições de dar o esclarecimento solicitado, comprometendo-se a verificar a situação e a prestar, posteriormente, o esclarecimento. **PONTO DOIS PONTO TRÊS**: Apreciação e aprovação dos documentos da Prestação de Contas do Ano de 2005. Pediu a palavra o Deputado Ricardo Almeida para referir que se verifica uma variação no endividamento total, com maior relevância, em termos de aumento, no endividamento a curto prazo. Registou o aumento das despesas do Município e as dívidas a terceiros, considerando que estas últimas poderão por em risco o equilíbrio financeiro de algumas empresas e que pelos motivos atrás expostos o Bloco de Esquerda, na votação do documento, se iria abster. Seguiu-se a intervenção do Deputado António Jorge Barroso começando por referir que os documentos foram entregues com pouco tempo de antecedência, e que por isso não foi possível analisar na totalidade, pelo que procedeu a uma abordagem aos aspectos que, no seu entender, têm mais interesse político. Começou com o relatório de gestão salientando o desmesurado peso da despesa com pessoal, representando 21,8% do total da despesa, e o aumento desta despesa em relação ao ano de 2004, o que vem acontecendo desde 2001 e que não pode ser justificado com o aumento dos salários mas com o aumento do quadro de pessoal. Relativamente à despesa com o investimento refere que é apenas de 29,71% do valor total. Constata ainda pelo documento em discussão que os encargos com os passivos financeiros tem vindo a aumentar ao longo dos anos, não correspondendo a execução de grandes obras. Analisou a capacidade de endividamento do Município e a incapacidade deste fazer face aos compromissos de curto prazo, conforme é referido no

documento. Verificou pela análise efectuada que a despesa corrente aumentou 32,8%, e a despesa de investimento diminuiu 5,39%. Saliu ainda que a dívida a curto prazo duplicou em relação ao ano de 2004 e que a taxa de execução do orçamento foi de apenas 58,5 %. Por fim chamou a atenção para algumas despesas referenciadas na página 190, do documento em análise. Seguiu-se a intervenção do Deputado Orlando Leite referindo que a Prestação de Contas do ano de 2005 é o reflexo de um orçamento que o CDS_PP não aprovaria. Fez algumas considerações acerca da actividade da Câmara no ano de 2005 e apreciou a forma clara como estão apresentados o Relatório e as demonstrações financeiras. Mostrou alguma preocupação com o exercício de 2005 e as comparações em relação aos exercícios dos anos anteriores, apresentando alguns exemplos. Concluiu referindo que o CDS-PP não aprova a Prestação de Contas de 2005 face à situação financeira apresentada. Interveio o Deputado José Baptista para se referir à questão das acumulações de funções dos funcionários da Autarquia, questionando quais os critérios utilizados pelo Senhor Presidente da Câmara na autorização destas acumulações. Seguiu-se a intervenção da Deputada Leonor Castro corroborando as intervenções anteriores, acrescentando que se denota que os orçamentos são claramente inflacionados. Interveio de seguida o Deputado Pedro Frazão para fazer uma análise de alguns números e perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se reconhece que a estratégia política da Câmara Municipal de Fafe foi um erro e se, face a esse facto, pretende mudar essa estratégia. Para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara iniciando a sua intervenção afirmando que as contas da Câmara são absolutamente transparentes, não havendo dívidas ocultas. Esclareceu ainda que o aumento da dívida se reflecte apenas em três credores: a Serurb, as Águas do Ave e a empresa que está a construir a Biblioteca. Em relação à receita o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que houve um aumento da receita corrente, sendo que a arrecadação da receita de capital foi inferior ao previsto em orçamento e que este facto se deve às comparticipações do Estado que não foram pagas, nomeadamente, a comparticipação para a construção do edifício da Biblioteca, a criação da Polícia Municipal entre outros exemplos devidamente explicados pelo Senhor Presidente. Relativamente à taxa de

execução entende que o ano de 2005 foi um bom ano para o Município, face aos recursos de que dispunha, tendo em conta que depende de cerca de 60% das receitas do Estado que, nos últimos anos, têm vindo a diminuir. Quanto ao pessoal referiu que apesar das novas competências atribuídas aos Municípios não existe, comparativamente, aumento de pessoal. Reconhece que a dívida que transita de 2005 obriga a uma contenção na execução do Plano e Orçamento do ano de 2006, mas entende que a gestão do Município, por parte do executivo, não deve ser uma preocupação para nenhum membro da Assembleia Municipal, dado que é prática do executivo, na sua gestão, respeitar e honrar os compromissos com os seus fornecedores. Pediu a palavra o Deputado Pedro Frazão para fazer algumas referências às explicações dadas pelo Senhor Presidente, nomeadamente, sobre a preocupação dos membros da Assembleia sobre o rácio de liquidez da Câmara, lendo o que sobre o assunto diz o documento em discussão. Como mais ninguém quis intervir foi a proposta, posta à votação, sendo aprovada, por maioria, com um voto contra e dezoito abstenções. Quando era uma hora foram interrompidos os trabalhos pelo Senhor Presidente da Mesa, para serem retomados no dia dois de Maio, Terça-feira, pelas vinte e uma horas. E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, após aprovação, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.